



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1008764-16.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco Financiamento S/A**
 Requerido: **Victor Felipe Diniz Ragonezi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Em suma, **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**, qualificado nos autos, ajuizou **Ação de busca e apreensão** em face de **VICTOR FELIPE DINIZ RAGONEZI**, qualificado nos autos, alegando em síntese que celebrou um contrato de financiamento para aquisição de bem, com cláusula de alienação fiduciária, no valor de R\$ 43.790,40, a ser pago em 48 parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 912,30 cada, vencendo-se a primeira parcela em 17/03/2016 e a última em 28/03/2020 de um veículo, marca/modelo Chevrolet/Astra HB 4P Advantage, cor prata, ano de fabricação 2010/2011, chassi: 9BGTR48C0BB106144, placa EPF3666. A partir da 12ª parcela não mais ocorreram pagamentos, havendo um débito em aberto no valor de R\$ 25.148,23.

Juntou documentos (fls.10/25).

A mora foi comprovada, já que enviada notificação extrajudicial feita pelo cartório de títulos de documentos.

Citada, a parte ré formulou proposta de acordo a fls. 49/50, requerendo a intimação do autor para que manifestação com maior brevidade possível sobre a proposta por ela formulada.

Cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão (fls. 55).

Manifestação da parte autora às fls. 60/62, alegando que o acordo formulado não satisfaz o débito em sua integralidade, não resultando caracterizada a purgação da mora. Afirma ainda que a restituição do veículo só poderia ocorrer mediante o pagamento da integralidade da dívida, o que não ocorreu.

É uma síntese do necessário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Fundamento e decido.

A matéria controvertida é exclusivamente de direito, comportando o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo. 355, I do Código de Processo Civil.

O réu peticionou nos autos formulando proposta de acordo comprometendo-se a efetuar o pagamento de todas as parcelas em atraso (cf. fls. 49/50) .

A instituição financeira autora discordou (cf. fls. 60/61) mantendo-se firme com sua posição, entendendo que o devedor tem 05 dias para efetuar o pagamento da integralidade da dívida (todas as parcelas de financiamento), incluindo-se as parcelas vencidas, vincendas, atualizadas até a data do efetivo depósito e, acrescidas de custas processuais e honorários advocatícios.

Com razão a parte autora, quanto à possibilidade de purgação de mora em caso de alienação fiduciária. O STJ, em sede de recurso repetitivo, no REsp 14188593 estabeleceu que cinco dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão o devedor tem que pagar a integralidade da dívida.

Logo, não tendo havido o pagamento integral da dívida no caso em tela, não foi purgada a mora.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: 1006704-05.2016.8.26.0405 APELAÇÃO – BUSCA E APREENSÃO – PURGA DA MORA – EXIGIBILIDADE DA QUANTIA INTEGRAL – RECURSO REPETITIVO – SUBSUNÇÃO AO PRECEDENTE – MATÉRIA JÁ DECIDIDA – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária. Inviabilidade, portanto, de purgação de mora mediante o pagamento apenas das parcelas vencidas; - Manutenção da decisão por seus próprios e bem lançados fundamentos – artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação 1006704-05.2016.8.26.0405; Relator (a): Maria Lúcia Pizzotti; Órgão Julgador: 37ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Foro de Osasco - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/11/2017; Data de Registro: 05/12/2017)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Em face do exposto julgo procedente o pedido e, com fundamento no art. 3º e parágrafos do Decreto-lei nº 911, de 1969, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo marca/modelo Chevrolet/Astra HB 4p Advantage, cor prata, ano de fabricação 2010/2011, chassi: 9BGTR48C0BB106144, placa EPF 3666, em mãos da parte autora, que desde já fica expressamente autorizada a vendê-lo a terceiros.

Condeno o réu, dada sua sucumbência, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20% nos termos do artigo 85, § 8º, do NCPC.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 04 de dezembro de 2017.